

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SICOOB UNIMAIS

31/12/2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 a Central Sicoob UniMais completou 26 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício de 2019, a Central Sicoob UniMais obteve um resultado de R\$ 149.779,32 antes das destinações, representando um retorno anual de 0,56% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

As aplicações e os recursos em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos valores mobiliários somaram R\$ 469.520.595,97. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 14.026.324,52 líquido da provisão.

4. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Central Sicoob UniMais era de R\$ 26.527.767,16 . O quadro de cooperados era composto por 3 filiadas.

5. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Central Sicoob UniMais adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "AA" e "A".

6. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Central tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos as filiadas, o poder maior de decisão.

A gestão da Central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Central no seu dia a dia.

Os balanços da Central são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Central.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho fiscal

Eleito a cada dois anos, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à (do Conselho de Administração ou da Diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de ética

Todos os integrantes da equipe da Central Sicoob UniMais aderiram, em 2017, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Central, assumem o mesmo compromisso.

9. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria da Central Sicoob UniMais, não registrou nenhuma manifestação de cooperativas filiadas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Agradecemos as nossas filiadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
São Paulo - SP, 27 de Março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS
CNPJ nº 73.085.573/0001-39

Ativo	Notas	31-dez-19	31-dez-18	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31-dez-19	31-dez-18
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	4.158,00	8.994,73	Relações Interfinanceiras	13	470.767.168,82	550.622.133,66
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	182.052.836,03	280.837.037,11	Outras obrigações	14	1.484.866,45	6.510.365,23
Relações interfinanceiras	-	-	82.421,48	Obrigações sociais e estatutárias	14.1	244.505,80	6.058.359,36
Títulos e valores mobiliários	6	237.987.634,78	213.522.142,19	Obrigações fiscais e previdenciárias	14.2	99.573,03	149.861,08
Operações de crédito	7	14.026.456,80	5.264.869,85	Obrigações diversas	14.3	1.140.787,62	302.144,79
(-) Provisão Operações de crédito	7	(132,28)	(170.102,17)				
Outros créditos	8	245.398,94	2.254.487,29				
Outros valores e bens	9	160.882,64	218.618,88				
Total do ativo circulante		434.477.234,91	502.018.469,36	Total do passivo circulante		472.252.035,27	557.132.498,89
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	19.602.278,51	6.300.646,61	Obrigações diversas		-	250.274,48
Títulos e valores mobiliários	6	29.877.846,65	50.346.580,01	Total do passivo não circulante		-	250.274,48
Operações de crédito		-	10.065.983,03				
(-) Provisão Operações de crédito		-	(125.262,71)				
Outros créditos	8	1.281.082,16	907.734,85				
		50.761.207,32	67.495.681,79				
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos	10	10.997.368,22	9.850.419,62	Capital social	16.a	23.029.062,87	21.810.182,76
Imobilizações de uso	11	4.597.623,26	4.768.711,04	Reserva de capital	16.b	2.722.773,49	2.541.321,22
(-) Depreciação acumulada	11	(2.095.868,15)	(1.730.699,48)	Reserva de lucros	16.b	664.055,42	650.893,61
Intangível	12	727.717,65	702.799,05	Sobras do Exercício	16.e	111.875,38	91.727,16
(-) Amortização acumulada	12	(685.480,78)	(628.483,26)				
Total do permanente		13.541.360,20	12.962.746,97	Total do patrimônio líquido		26.527.767,16	25.094.124,75
Total do ativo não circulante		64.302.567,52	80.458.428,76				
Total do ativo		498.779.802,43	582.476.898,12	Total do passivo		498.779.802,43	582.476.898,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras ou perdas				
(Em reais)				
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIIS				
CNPJ nº 73.085.573/0001-39				
	Notas	2º Semestre de 2019	31-dez-19	31-dez-18
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	-	83.427,74	523.834,24	2.677.643,53
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	-	15.032.386,55	32.444.905,18	39.505.224,18
	18	<u>15.115.814,29</u>	<u>32.968.739,42</u>	<u>42.182.867,71</u>
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	6.158,66	295.232,60	(202.878,60)
	19	<u>6.158,66</u>	<u>295.232,60</u>	<u>(202.878,60)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>15.121.972,95</u>	<u>33.263.972,02</u>	<u>41.979.989,11</u>
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços	-	47.122,89	123.862,64	294.010,94
Dispêndios e despesas de pessoal	20	(1.803.434,85)	(4.190.203,30)	(5.176.804,45)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(1.477.355,77)	(3.034.994,40)	(4.316.118,52)
Dispêndios e despesas tributárias	-	(51.129,86)	(99.645,47)	(84.427,38)
Outros ingressos e rendas operacionais	22	2.324.031,06	7.697.148,08	7.883.043,01
Outros dispêndios e despesas operacionais	23	(16.069.614,02)	(33.601.785,73)	(40.451.738,77)
		<u>(17.030.380,55)</u>	<u>(33.105.618,18)</u>	<u>(41.852.035,17)</u>
Resultado operacional		<u>(1.908.407,60)</u>	<u>158.353,84</u>	<u>127.953,94</u>
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais	-	-	-	898,37
	24	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>898,37</u>
Resultado antes da tributação e das participações		<u>(1.908.407,60)</u>	<u>158.353,84</u>	<u>128.852,31</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	(6.219,62)	(8.574,52)	(6.651,92)
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		<u>(1.914.627,22)</u>	<u>149.779,32</u>	<u>122.200,39</u>
Resultado antes das destinações estatutárias		<u>(1.914.627,22)</u>	<u>149.779,32</u>	<u>122.200,39</u>
F A T E S - Atos não cooperativos	17	-	(18.161,22)	(14.286,08)
F A T E S - Atos cooperativos	16.e	-	(6.580,91)	(5.395,72)
Reserva Legal	16.e	-	(13.161,81)	(10.791,43)
Sobras ou perdas líquidas do exercício/semestre		<u>(1.914.627,22)</u>	<u>111.875,38</u>	<u>91.727,16</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
(Em reais)							
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS							
CNPJ nº 73.085.573/0001-39							
	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Expansão</u>	<u>Reserva Especial</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2017	32.481.774,76	-	640.102,18	135.170,69	756.150,53	403.651,09	34.416.849,25
Destinação das sobras exercício anterior							
Ao Fates	-	-	-	-	-	(403.651,09)	(403.651,09)
Reservas							
Constituição FEE	-	2.541.321,22	-	-	-	-	2.541.321,22
Reversão de Reservas	-	-	-	(135.170,69)	(756.150,53)	-	(891.321,22)
Movimentação de Capital							
Integralização/subscrição de capital	2.533.100,19	-	-	-	-	-	2.533.100,19
(-) Por devolução	(13.204.692,19)	-	-	-	-	-	(13.204.692,19)
Sobras ou perdas líquidas							
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	122.200,39	122.200,39
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(14.286,08)	(14.286,08)
Reserva Legal	-	-	10.791,43	-	-	(10.791,43)	-
Saldos em 31/12/2018	21.810.182,76	2.541.321,22	650.893,61	-	-	91.727,16	25.094.124,75
Destinação de sobras exercício anterior							
FATES	-	-	-	-	-	(91.727,16)	(91.727,16)
Reservas							
Constituição FEE	-	181.452,27	-	-	-	-	181.452,27
Movimentação de Capital							
Integralização/subscrição de capital	3.835.886,60	-	-	-	-	-	3.835.886,60
(-) Por devolução	(2.617.006,49)	-	-	-	-	-	(2.617.006,49)
Sobras ou perdas líquidas							
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	149.779,32	149.779,32
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(18.161,22)	(18.161,22)
Reserva Legal	-	-	13.161,81	-	-	(6.580,91)	(6.580,91)
Saldos em 31/12/2019	23.029.062,87	2.722.773,49	664.055,42	-	-	111.875,38	26.527.767,16
Saldos em 30/06/2019	19.193.176,27	2.541.321,22	650.893,61	-	-	2.064.406,54	24.449.797,64
Movimentação de Capital							
Integralização/subscrição de capital	3.835.886,60	-	-	-	-	-	3.835.886,60
Reservas							
Constituição FEE	-	181.452,27	-	-	-	-	181.452,27
Sobras ou perdas líquidas							
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(1.914.627,22)	(1.914.627,22)
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(18.161,22)	(18.161,22)
Reserva Legal	-	-	13.161,81	-	-	(6.580,91)	(6.580,91)
Saldos em 31/12/2019	23.029.062,87	2.722.773,49	664.055,42	-	-	111.875,38	26.527.767,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa			
(Em reais)			
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS			
CNPJ nº 73.085.573/0001-39			
	2º Semestre de	31-dez-19	31-dez-18
	2019		
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(1.908.407,60)	158.353,84	128.852,31
Ajustes por:			
Provisão para operações de crédito	(6.158,66)	(295.232,60)	202.878,60
IRPJ/CSLL	(6.219,52)	(8.574,42)	(6.651,92)
Depreciações e Amortizações	330.756,27	659.404,78	270.869,33
	(1.590.029,51)	513.951,60	595.948,32
Variação nos ativos e passivos			
Títulos e valores imobiliários	10.459.737,89	20.468.733,36	(29.532.100,86)
Relações interfinanceiras	(90.078.014,54)	(79.854.964,84)	(41.229.924,74)
Operações de crédito	(12.383.905,24)	1.304.396,08	11.419.508,22
Outros créditos	595.904,93	1.635.741,04	158.600,88
Outros valores e bens	6.854,98	57.736,24	(84.181,13)
Outras obrigações	707.075,08	(5.275.773,26)	4.900.581,10
	(90.692.346,90)	(61.664.131,38)	(54.367.516,53)
Caixa gerado nas operações	(92.282.376,41)	(61.150.179,78)	(53.771.568,21)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	(191.028,71)	(1.146.948,60)	3.708.927,99
Aquisições de imobilizações de uso	(66.150,91)	(66.150,91)	(2.326.563,81)
Aquisições de ativos intangível	-	(24.918,60)	(11.253,06)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(257.179,62)	(1.238.018,11)	1.371.111,12
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	3.835.886,60	3.835.886,60	2.533.100,19
Devolução de capital	-	(2.617.006,49)	(13.204.692,19)
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	-	(91.727,16)	(403.651,09)
FATES - Resultado de atos não cooperativos	(18.161,22)	(18.161,22)	(14.286,08)
FATES - Sobras do exercício	(6.580,91)	(6.580,91)	(5.395,72)
Aumento de Reservas	181.452,27	181.452,27	1.650.000,00
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.992.596,74	1.283.863,09	(9.444.924,89)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	(88.546.959,29)	(61.104.334,80)	(61.845.381,98)
No início do período	528.193.866,61	500.751.242,12	562.596.624,10
No fim do período	439.646.907,32	439.646.907,32	500.751.242,12
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			



COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS** - é uma cooperativa central, instituição financeira não bancária, fundada em **29/06/1993**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIMAIS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por intermédio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNIMAIS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 09/03/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.



Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNIMAIS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é



calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:



Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	4.158,00	8.994,73
Relações interfinanceiras	-	82.421,48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	201.655.114,54	287.137.683,72
Títulos e valores mobiliários	237.987.634,78	213.522.142,19
TOTAL	439.646.907,32	500.751.242,12

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro** de **2019** e de **2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Aplicações operações compromissadas (a)	60.061.212,02	19.602.278,51	79.663.490,53	20.047.905,45
Aplicações depósitos interfinanceiros (b)	121.991.624,01	-	121.991.624,01	267.089.778,27
TOTAL	182.052.836,03	19.602.278,51	201.655.114,54	287.137.683,72

(a) - Refere-se à aplicação em operação compromissada, lastreada em Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de 99% do CDI e com conversibilidade imediata em caixa.

(b) - Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Bancoob com remuneração entre 96% e 101% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas centrais.

Em **31 de Dezembro** de **2019** e de **2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Títulos de Renda Fixa	11.830.690,88	-	11.830.690,88	-
Cotas de Fundos de Investimento	226.156.943,90	-	226.156.943,90	213.522.142,19
Vinculados a Prestação de Garantias	-	29.877.846,65	29.877.846,65	50.346.580,01
TOTAL	237.987.634,78	29.877.846,65	267.865.481,43	263.868.722,20

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2018	31/12/2018
Empréstimos e Títulos Descontados	14.026.456,80	15.330.852,88
Total de Operações de Crédito	14.026.456,80	15.330.852,88
(-) Provisões para Operações de Crédito	(132,28)	(295.364,88)
TOTAL	14.026.324,52	15.035.488,00

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:



Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	14.000.000,00	14.000.000,00	-	4.279.630,51	-
A	0,50%	Normal	26.456,80	26.456,80	(132,28)	6.587.351,99	(32.936,76)
C	3%	Normal	-	-	-	3.987.899,94	(119.637,00)
E	30%	Normal	-	-	-	475.970,44	(142.791,12)
Total Normal			14.026.456,80	14.026.456,80	(132,28)	15.330.852,88	(295.364,88)
Total Geral			14.026.456,80	14.026.456,80	(132,28)	15.330.852,88	(295.364,88)
Provisões			(132,28)	(132,28)		(295.364,88)	
Total Líquido			14.026.324,52	14.026.324,52		15.035.488,00	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	26.456,80	14.000.000,00	-	14.026.456,80
TOTAL	26.456,80	14.000.000,00	-	14.026.456,80

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2019	% da Carteira
Outros	14.026.456,80	14.026.456,80	100%
TOTAL	14.026.456,80	14.026.456,80	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(295.364,88)	(92.486,28)
Constituições	(6.357,12)	(2.332.891,90)
Reversões	301.589,72	2.130.013,30
TOTAL	(132,28)	(295.364,88)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	14.000.000,00	100,00%	1.950.301,37	42,00%
10 Maiores Devedores	14.026.456,80	100,00%	4.598.269,37	100,00%

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a Receber						
Serviços prestados a receber	-	-	-	2,64	-	2,64
Diversos						
Adiantamentos e antecipações salariais	29.700,33	-	29.700,33	11.138,92	-	11.138,92
Adiantamentos pagamentos de nossa conta (a)	144.488,24	-	144.488,24	1.000,00	-	1.000,00
Devedores por depósitos em garantia (b)	-	1.281.082,16	1.281.082,16	-	907.734,85	907.734,85
Impostos e contribuições a compensar	40,20	-	40,20	-	-	-
Imposto de renda a recuperar	185,43	-	185,43	-	-	-
Pagamentos a ressarcir	17.235,64	-	17.235,64	2.200.276,53	-	2.200.276,53
Cooperativas filiadas (c)	53.749,10	-	53.749,10	42.069,20	-	42.069,20
TOTAL	245.398,94	1.281.082,16	1.526.481,10	2.254.487,29	907.734,85	3.162.222,14



(a) Substancialmente se refere a adiantamento de fornecedores - cabal brasil ltda cabal brasil - Coopcerto prêmio, no montante de R\$ 118.586,28.

(b) Devedores por depósitos em garantia refere-se a saldo de depósitos judiciais de PIS no valor de R\$ 121.987,70 e CSLL no valor de R\$ 1.159.094,46.

(c) Cooperativas filiadas, refere-se a valores a receber das cooperativas filiadas inerentes ao rateio das despesas da Central, e valor pagos por esta que devem ser apropriados na despesa das singulares.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	12.761,31	-
Despesas Antecipadas (b)	148.121,33	218.618,88
TOTAL	160.882,64	218.618,88

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

10. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	7.439.656,05	6.560.656,53
Sicoob confederação	3.210.510,72	3.263.263,09
Outras participações - CNAC	334.701,45	14.000,00
Investimentos em empresas de seguro	12.500,00	12.500,00
TOTAL	10.997.368,22	9.850.419,62

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Edificações	4%	-	250.000,00
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		-	(228.072,06)
Instalações	10%	2.897.147,03	2.897.147,03
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.161.179,52)	(719.250,17)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	904.989,82	911.429,82
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(350.030,05)	(262.543,77)
Sistema de Comunicação	20%	33.540,93	33.540,93
Sistema de Processamento de Dados	20%	756.702,48	671.350,26
Sistema de Segurança	10%	5.243,00	5.243,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(584.658,58)	(520.833,48)
TOTAL		2.501.755,11	3.038.011,56

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.



Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Outros Intangíveis antes de 1/10/2013	392.427,10	392.427,10	20%
Outros Intangíveis após de 1/10/2013	334.681,55	309.762,95	20%
Marcas e patentes	609,00	609,00	
(-) Amortização	(685.480,78)	(628.483,26)	
TOTAL	42.236,87	74.315,79	

13. Relações Interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas, depositadas junto ao **SICOOB UNIMAIS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sicoob Centro Leste Paulista	84.770.472,68	88.095.861,26
Sicoob Metropolitana	317.548.528,50	326.072.940,27
Sicoob Mantiqueira	68.448.167,64	93.563.847,50
Sicoob Unimais Norte	-	17.158.194,02
CC Cred. São Paulo	-	7.037.817,14
CCM e Demais Profissionais da Saúde	-	18.693.473,47
Total	470.767.168,82	550.622.133,66

Refere-se aos depósitos das cooperativas singulares associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015, e tem remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	317.548.528,50	67,45%	326.072.940,27	59,00%
10 Maiores Depositantes	470.767.168,82	100,00%	550.622.133,66	100,00%

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sociais e Estatutárias	244.505,80	6.058.359,36
Fiscais e Previdenciárias	99.573,03	149.861,08
Diversas	1.140.787,62	552.419,27
TOTAL	1.484.866,45	6.760.639,71

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de atos com associados (a)	214.455,88	176.364,88
Resultado de atos com não associados (a)	30.049,92	14.286,00
Cotas de Capital a Pagar	-	5.867.708,40
TOTAL	244.505,80	6.058.359,36

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência às filiadas e empregados da central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária, definido art. 50, item 2. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:



Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	2.982,90	693,34
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	5.638,80	7.976,42
Impostos e Contribuições sobre Salários	88.704,35	140.643,81
Outros (PIS e COFINS s/ faturamento a recolher)	2.246,98	547,51
TOTAL	99.573,03	149.861,08

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	20.484,21	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	1.054,24	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	426.955,55	301.497,22
Provisão para Passivos Contingentes Vide nota 29	9.200,00	250.274,48
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	647,57
Credores Diversos – País (b)	683.093,62	-
TOTAL	1.140.787,62	552.419,27

a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 229.985,60), e outras despesas administrativas (RS 196.969,95).

b) Credores diversos – País em 2019 é composto pelos valores com maior representatividade conforme detalhado (em 2018, não há registros no grupo de contas):

Descrição	31/12/2019
Pendências a regularizar	1.772,00
Crédito filiadas (I)	81.321,62
Pagamentos a processar (II)	600.000,00
Total	683.093,62

I) Crédito filiadas refere-se a crédito a repassar para as cooperativas filiadas, decorrente da centralização financeira, o qual a central repassa o valor recebido a título de rendimento de aplicação.

II) Pagamentos a processar refere-se a provisão constituída pela proposta do Conselho de Administração na negociação de valores para Ex-diretor executivo, aprovada em Ata Sumária da Reunião do Comitê Executivo - COMEX de 26 dezembro de 2019.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIMAIS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por suas filiadas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.



No exercício de **2019**, a central aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.218.880,11 com recursos provenientes da integralização de capital para adequação do Capital Mínimo Exigido.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	23.029.062,87	21.810.182,76
Associados	3	5

b) Reserva de Capital

Para formação do Fundo de estabilidade e Expansão - FEE foram efetuadas reversão da reserva de expansão e reservas especiais e os recursos destinados ao FEE, bem como, aportes referentes à acordos com filiadas, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27/04/2018 e detalhado em reunião ordinária do conselho de administração de 25/08/2018, com objetivo de sustentabilidade econômico-financeira do Sicoob Unimais, bem como dar lastro ao cumprimento de eventuais obrigações inerentes à atividade da Central, afim de preservar a imagem e assegurar sustentabilidade desse sistema cooperativo.

Segue detalhamento:

Descrição	31/12/2019
Reversão/Transferência Reserva de Expansão	135.170,69
Reversão/Transferência Reserva Especiais	937.602,80
Acordo com Filiada Unimais Sudeste Paulista	800.000,00
Acordo com Filiada Unimais Guarulhos	850.000,00
TOTAL	2.722.773,49

c) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras do exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/04/2019, os cooperados deliberaram pela destinação de 100% da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ 91.727,16, para FATES, evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	149.779,32	122.200,39
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(18.161,22)	(14.286,08)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	131.618,10	107.914,31
Destinações estatutárias	(19.742,72)	(16.187,15)
Reserva legal	(13.161,81)	(10.791,43)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(6.580,91)	(5.395,72)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	111.875,38	91.727,16

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita de prestação de serviços	1.010.167,04	797.732,42
Despesas específicas de atos não cooperativos	(25.096,42)	(124.875,41)
Despesas apropriadas proporção das receitas de atos não cooperativos	(958.334,88)	(652.817,38)
Resultado operacional	26.735,74	20.039,63
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-	898,37
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.735,74	20.938,00
IR/CSLL	(8.574,52)	(6.651,92)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	18.161,22	14.286,08

18. Receitas de operações de crédito, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	5,05
Rendas de Empréstimos	523.834,24	2.677.638,48
Rendas de aplicações em operação compromissadas	6.813.718,36	1.370.557,50
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	10.551.804,11	11.859.410,10
Rendas com títulos e valores mobiliários	15.079.382,71	26.275.256,58
TOTAL	32.968.739,42	42.182.867,71

19. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisões para Operações de Crédito	295.232,60	(202.878,60)
TOTAL	295.232,60	(202.878,60)

20. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(53.211,09)	(49.956,54)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(688.094,15)	(959.590,94)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(918.749,36)	(1.065.494,33)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(586.388,95)	(852.279,79)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.942.876,75)	(2.237.532,03)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(883,00)	(11.950,82)
TOTAL	(4.190.203,30)	(5.176.804,45)

21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(36.329,82)	(45.352,52)
Despesas de Aluguéis	(560.127,58)	(485.584,46)
Despesas de Comunicações	(308.701,71)	(449.826,03)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(53.191,33)	(155.903,83)
Despesas de Material	(13.052,43)	(37.086,09)
Despesas de Processamento de Dados	(269.462,20)	(165.460,79)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(44.796,70)	(1.075.863,49)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(213.947,06)	(569.377,52)
Despesas de Publicações	(1.913,08)	(40.500,35)
Despesas de Seguros	(22.222,29)	(31.726,95)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(24.808,98)	(50.768,95)
Despesas de Serviços de Terceiros	(194.206,05)	(125.134,95)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(8.589,33)	(19.039,87)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(244.164,21)	(186.105,84)
Despesas de Transporte	(7.858,81)	(73.195,06)
Despesas de Viagem no País	(153.993,66)	(354.489,92)
Despesas de Amortização	(53.635,33)	(70.570,60)



Despesas de Depreciação	(605.769,55)	(200.298,73)
Outras Despesas Administrativas	(174.929,52)	(169.944,07)
Emolumentos judiciais e cartorários	(10.417,15)	(9.888,50)
Contribuição a OCE	(2.994,00)	-
Rateio de despesa do Sicoob Confed	(29.883,61)	-
TOTAL	(3.034.994,40)	(4.316.118,52)

22. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	771.247,85	832.397,66
Outras - Reversão de Provisões Operacionais (a)	130.381,79	-
Dividendos (b)	878.997,48	-
Deduções e abatimentos	162,40	-
Rateio de despesas da central entre filiadas	1.569.120,18	3.753.370,21
Atualização depósitos judiciais	373.347,31	-
Outras rendas operacionais (c)	3.973.891,07	3.297.275,14
TOTAL	7.697.148,08	7.883.043,01

(a) Devido a mudanças na contabilização de provisão e reversão de operações de crédito, foi gerada essa variação na conta. No exercício de 2019 as reversões passaram a ser realizadas em conta de receita, enquanto 2018 era feito dentro da própria despesa a crédito.

(b) Referem-se à distribuição de dividendos do BANCOOB, que no exercício anterior foram contabilizados como Outras rendas operacionais.

(c) Referem-se a rendas com rateio da taxa administrativa da Central para as filiadas, e o recebimento de acordos com as cooperativas desfiliações da Central.

Valores relevantes:

Descrição	Valores - R\$
Rateio da Taxa Adm. das Singulares	2.672.905,04
Diferença de Ágio Sicoob Vale do Paraíba	254.630,65
Acordo Desfiliação Norte Paulista	250.000,00
Acordo Desfiliação Sicoob Bandeirantes	463.406,30
TOTAL	3.640.941,99

23. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Provisões Passivas	(72,54)	(647,57)
Outras Despesas Operacionais (a)	(1.286.357,93)	(41.793,38)
Descontos concedidos - operações de crédito	(2.776,68)	(2.553,64)
Remuneração centralização financeira – Cooperativas (b)	(32.312.578,58)	(40.406.744,18)
TOTAL	(33.601.785,73)	(40.451.738,77)

(a) Detalhamento dos valores mais relevantes:

Descrição	Valores - R\$
Passivos Trabalhistas (*)	600.000,00
Ressarcimento ex - cooperada Sicoob UniGuarulhos (**)	200.000,00
Pagamento para Sul América Capitalização S/A	56.544,40
Rateio Despesas Central Unimais (ajuste cálculo)	79.989,02
Taxa Adm. desfiliação ex - cooperada Sicoob UniGuarulhos	130.000,00
TOTAL	1.066.533,42

(*) Provisão constituída pela proposta do Conselho de Administração na negociação de valores para Ex-diretor executivo.



(**) No período houve um aumento devido a Central Unimais efetuar o pagamento no valor de R\$ 200.000,00 para a Cooperativa Sicoob UniGuarulhos a título de ressarcimento dos custos decorrentes das obrigações sociais em virtude da desfiliação conforme termo de quitação mútua de obrigações assinado por ambas as partes.

(b) A redução entre um período e outro ocorreu em virtude da segregação correta das rendas de aplicações interfinanceira de liquidez e rendas com fundos de investimento.

24. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	-	898,37
Resultado Líquido	-	898,37

25. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida por pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da central, inclusive diretores e executivos da mesma. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela central ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

25.1 Honorários

Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram apresentados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Honorários Conselho de Administração	(525.092,01)	(557.000,00)
Cédulas de presença Conselho de Administração/Conselho Fiscal	(216.213,23)	(402.590,94)
Gratificações Diretoria	(161.747,33)	(267.115,73)
INSS	(1.842,54)	-
Total	(904.895,11)	(1.226.706,67)

25.2 Principais Operações de partes relacionadas Singulares

Singular	Saldo devedor da Operação	Risco da Operação - 31/12/2019
Sicoob UniMais Mantiqueira	7.000.000,00	AA
Sicoob UniMais Mantiqueira	7.000.000,00	AA
TOTAL	14.000.000,00	

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.



Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.



26.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de referência (PR)	21.694.427,27	20.961.133,33
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	13.333.148,36	16.253.711,18
Índice de basileia (mínimo 13%) - %	13,00%	11,06%
Imobilizado para cálculo do limite	2.848.956,56	3.064.511,56
Índice de imobilização (limite 50%) - %	13,13%	14,62%



29. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cível	9.200,00	-	-	-
Fiscais	-	1.281.082,16	250.274,48	907.734,85
TOTAL	9.200,00	1.281.082,16	250.274,48	907.734,85

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, sendo que os valores foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIMAIS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.670.215,98. Essas ações abrangem, basicamente, ações cíveis, societárias e fiscais acerca das principais características das ações, quando relevantes.

A assessoria jurídica informou que o processo referente a contribuição previdenciária, INSS sobre cédula de presença no valor de R\$ 1.004.609,76, foi julgado e considerado desfavorável à Cooperativa Central, entretanto, mediante as informações fornecidas pela Sicoob Unimaís de que a contribuição foi regularmente declarada em GFIP e recolhida via GPS durante todo o curso da demanda, tem-se que o crédito tributário se encontra extinto pelo pagamento, nos termos do art. 156, I do CTN.

SÃO PAULO-SP, 26 de março de 2020.

MARCIO APARECIDO FAVERO LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

FLAVIA RUIZ ANDRIAN
CONTADORA CRC 066542/O-2

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida

significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Central. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Central a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 27 de março de 2020.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1



São Paulo, 30 de março de 2020.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Diretores e Associados da

**COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB
UNIMAIS - CNPJ Nº 73.085.573/0001-39 – NIRE Nº 354.000.239-37.**

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS** relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019, juntamente com as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Cooperativa durante o semestre findo.
2. Nossa missão é expressar nossa opinião aos cooperados e ao público em geral sobre todas as operações realizadas pela Cooperativa registradas nas demonstrações contábeis citadas em conformidade com o artigo 56 da Lei 5.764/71.
3. Na opinião deste Conselho, as demonstrações contábeis acima referidas lidas em conjunto com as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa, em 31 de

dezembro de 2019 e as deliberações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva foram tomadas no estrito interesse dos Associados.

4. As demonstrações contábeis analisadas foram auditadas pela empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Dr. Luiz Eduardo Volpato
Coordenador do Conselho Fiscal

Dr. Edemilson Cavalheiro
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário

Dr. José Luiz Castro de Mello
Cesar
Conselheiro Fiscal Efetivo